

O Problema Português

Pão! O Pão Nosso Quotidiano...

(Continuado do n.º 11)

Quer queiram, quer não queiram, o problema da alimentação, do vestuário e do calçado é um dos mais fundamentais, uma verdadeira questão primária da política portuguesa. Fazer que a terra cainha de trigo e dos outros cereais panificáveis, escassa de carne, de azeite, de manteiga, de batata, de arrôz, e de outros produtos alimentares, bem como miniguada na produção da lã, do linho, dos couros e de outras matérias primas para o vestuário e para o calçado, se torne abastecedora de pão, de gorduras, de azotados e de feculentos a toda a sua população, e das matérias primas fundamentais vindas da cultura do solo, eis um grande problema que, para decôro nacional, precisamos resolver depressa. Sim: é uma vergonha importar milho do Brasil; e manter uma população inteira na penúria e na carestia das coisas mais triviais e necessárias, por causa da incompetência e da preguiça de todos, especialmente dos governantes!

Devo dizer que o problema do pão é muito difícil de resolver. Só tagarelas de conferências e de jornais e professores de economia política é que podem assegurar que o

problema económico português é de solução fácil, porque o país tem imensos recursos...

Lá recursos, desde o subsolo até à irradiação solar, não lhe faltam; *mas falta ao incola o engenho da utilização*, que não se improvisa: e a solução de cada um dos problemas de aproveitamento dos nossos recursos naturais é, em regra, bem mais difícil do que a solução similar nos outros países europeus de gente muito mais científica na utilização. Isto é infelizmente verdadeiro para os nossos trabalhos metalúrgicos (do ferro e do aço especialmente), para o aproveitamento dos nossos carvões, para o cultivo do nosso solo, para a utilização da força e da navegabilidade dos nossos rios, e para a melhoria dos nossos portos. De fácil produção, em semi-espontaneidade, o vinho, a cortiça, o porco no Alentejo (quando não o leva a maleita), a ovelha e a cabra. Mas isto não nos dá a riqueza e o alimento que nos falta. Produtos duma agricultura de crises (o vinho), ou de sistema rudimentar, androfísico, de aproveitar o solo (todos os outros), não corrigem a falta extrema de cereais panificáveis e

do resto da alimentação, e das matérias primas fundamentais.

Começemos pelo trigo. Nos **Lusíadas**, Camões referiu que o Alentejo era propício a Ceres; e no entretanto o «celeiro do país» todos os anos, pela mesquinhez da sua colheita de trigo, nos obriga a um pesadíssimo tributo às nações trigueiras, tributo que os insensatos governos que temos tido agravaram com prejuízos enormes no preço político do pão.

— Porque é que não colhemos da nossa terra trigo bastante para a população?

Uma das perguntas a que urge dar resposta clara e acertada. — Defeito da terra? — Defeito do cultivador? — Defeito da governação?

Terra culpada; incola insciente; governo louco: tudo somado, faz que não tenhamos trigo para a população. E enquanto não ajustarmos o solo, o incola e o governo à produção lucrativa do trigo, escusamos de sonhar com o nosso abastecimento de trigo pela lavoura portuguesa.

A terra de Portugal não tem para o trigo as circunstâncias climáticas favoráveis dos países trigueiros: em nosso desfavor uma meteorologia caprichosa, de variações bruscas, dissemelhante de ano para ano, mês por mês, semana por semana, com aspectos antagónicos nas sucessivas fases vegetativas do trigal; fazendo sol e lestanda, quando devia ser tempo encoberto e húmido; chovendo quando devia estiar; ventando quando devia haver calma; fazendo calor quando devia estar frio, etc.: sempre inesperado, aleatório.

Há, especialmente, na nossa meteorologia do Sul do país, dois desfavores importantes quanto ao trigo: o encharcamento invernal, mais nefasto quando em fevereiro, e a escassez ocasional de chuva primaveril, em associação com a relativamente elevada temperatura seca pela floração e criação do grão, se adrega de calhar.

O encharcamento dizima e atrofia a vegetação do trigal; e por si só chega a ser factor bastante para definir a aneza (v. os estudos do sr. prof. Filipe de Figueiredo, no **Agros**). Notemos desde já como é um problema em antítese dos da *dry-farming* que marca em muitos anos a nossa produção de trigo: — o enxugo do trigal.

Depois da quadra de encharcamento vem a da possível insolação violenta, ou de lestanda brava, sem borrifos de chuva, a ensoar o pão: e a seara prometedoras escasseia o grão.

Em todo o Portugal da Ibéria chove demais no inverno; quando uma parte dessa chuva, se viesse de abril a setembro, faria da nossa terra, tão assoalhada no Sul, um prodígio de fecundidade. Vagas de calor e de frio inesperadas; ardências estivais na primavera a perturbar a vegetação, ou frialdades de inverno pelo S. João...

Imposições fortes e incorrigidas da natureza. A elas nada temos contraposto. A ciência estranha tornou-nos acessível o estudo da *dry-farming*; o meu amigo Pequito Rebelo ensinou-nos o método integral. No entretanto os agrónomos e os lavradores de Portugal lastimam-se do tempo que Deus, Nosso Senhor, faz; e vão seguindo a rotina, que, aí de nós! não se amercia em dar-nos trigo bastante para que o pão deixe de ser intragável de misturas, e passe a preço razoável.

O incola, dizemos nós, não sabe cultivar o trigo. De Norte a Sul, e de Leste a Oeste, nunca o português estudou uma lavoura *portuguesa*, adaptada, no sistema de culturas, nos processos de cultivo, no resguardo e correcção do ambiente cultural, ao feitio geo-climático de cada uma das regiões de Portugal. Quando a ciência moderna em relação com a agricultura se foi adiantando e vulgarizando, o português traduziu-a; mas não a amoldou e implantou em Portugal. Qualquer aluno ou mestre de agronomia sabe ou pode saber melhor o que se deve fazer em Utah, em Cuba, na França ou

no Japão, do que nas lerízas do Tejo ou nos campos do Minho. Dantes, e ainda agora, todos os dias a França e as outras nações despejam em Portugal jornais, livros, revistas de agricultura: tudo isso é lido; mas quasi nada disso o agrónomo e o lavrador amolda e aproveita para a cultura da nossa terra; e a nossa lavoura permanece, afinal, na tradição cultural que se resume na prática de processos de excessivo trabalho humano, no abandono ou no cultivo androfísico de quasi metade do país, no rendimento mesquinho da produção, no desequilíbrio do sistema das culturas — na pobreza agrícola de Portugal.

Gerações e gerações de lavradores deixaram por séculos à mercê da enxurrada a fina flor do solo: e este apresenta por isso, pela vasta região de necessária bem ajustada *dry-farming*, quasi só terras delgadas, apostas à ossatura de rocha; justamente onde o solo devia ser possante de fundura para a reserva da chuva escassa e tão mal distribuída pelo ano. Esta má distribuição da chuva impõe ao solo, todos os anos no inverno, a emigração da fertilidade disponível, que o verão e o outono propiciaram, para o subsolo, em perda irremediável — do que o incola nem sequer suspeita, desatento à grande ruína por esta forma dos seus haveres de produção.

Por seu turno o governo, saído ou não daquela máquina de S. Bento que horrorizava Fialho de Almeida na **Vida Irónica** («O parlamento? Ah, não me falem nisso. É uma máquina singular: mete-se um burro, sai um deputado; faz-se o deputado ministro, torna a sair o burro...»), o governo tem sido desastrado no fomento da cultura do trigo. Engendrara há 22 anos a benemérita lei dos trigos (por antífrase *lei da fome*), que após catorze estirados anos de vigência e de impostos, e três sobre o auge da produção em 1910-11, que mal chegara para suprir o consumo nacional de trigo nesse ano, connosco sempre em paz pôde e no mais pacífico desafogo económico, nos colocava outra vez num grande *deficit* de pão branco, mostrando ao mais obtuso e improvisado político que o favor da tabela de preço e da pauta é recurso só por si ineficaz para corrigir a ingratidão climática e a incultura mental do lavrador, a ponto de termos a suficiência de pão.

Como veio a Guerra, e crescera a intervenção desastrada do governo na questão dos trigos e do pão, não se chegou a ver por duas décadas quão visionários eram Elvino de Brito e os políticos da lei dos trigos de 1899 em esperar da benemérita protecção, *sem mais nada*, o fomento cerealífero. Podia perfeitamente prolongar-se por duas gerações a experiência da lei dos trigos, em política de *Ordem & Fé*, que nem por isso o preço do trigo baixaria, por uma produção saturada no país.

A barafunda mundial, alfobre de herois e de estadistas, veio ressuscitar em Portugal a almotaçaria «em todas as cousas», com tabelas de preços para tudo, embaraços para o trânsito do trigo, e preços dêste em antítese dos de 1899, porque passaram a amesquinhar o trigo nacional em relação ao estrangeiro. O resultado de tudo foi a decadência da cultura frumentária, em apressamento da decadência inerente aos desfavores geo-climáticos e agrários. Em poucos anos de dissolvente (criminoso) preço político do pão, propagava-se o lema «semear tudo menos trigo»; e alastrava-se, peor que antes de 1899, a pecuária manadia e a vinha, regressando em quilate o feitio da lavoura portuguesa... enquanto crescia a miséria de substâncias alimentícias, a anarquia na governação e na rua, e a desordem nos espíritos, cada vez mais falhos de rumo nacional.

Continúa.

EZEQUIEL DE CAMPOS.